A ODISSEIA DOS INDO-EUROPEUS

DREWS, R. *MILITARISM AND THE INDO-EUROPEANIZING OF EUROPE*. LONDON/NEW YORK: ROUTLEDGE, 2017. 284 P.

Renan Falcheti Peixoto[1]

Em 1988, Robert Drews publicara *The Coming of the Greeks: Indo-European in the Aegean and the Near East* (A Chegada dos Gregos: Indo-Europeus no Egeu e Oriente Próximo), provavelmente sua obra de maior destaque, na qual propora uma cronologia baixa para o advento dos gregos (final do Heládico Médio, ca. 1600 a.C.) e uma terra natal (*Uhreimat*) dos falantes do proto-indo-europeu (PIE) no Cáucaso meridional, região da atual região da Armênia, Georgia e bordas nordeste da Turquia e noroeste do Irã.

Nesse livro, a série de eventos ligados à expansão indo-europeia é atrelada à questão sobre "a chegada dos gregos" micênicos no Egeu. Isto é, sob a ótica de um problema clássico da arqueologia e da linguística histórica – a origem das populações falantes do grego – o leitor descortina um amplo cenário de conquistas territoriais indo-europeias ao redor de 1700 a.C. decorrentes das transformações das táticas de guerra produzidas pelo emprego das carruagens tracionadas por cavalos e arqueiros sobre plataformas.

Embora seja revisada em alguns aspectos, essa perspectiva permanece em *Militarism and the Indo-Europeanizing of Europe* (Militarismo e a Indo-Europeização da Europa), cuja tese central é de propor que a indo-europeização da Europa foi um desdobramento do uso militar de carruagens na metade do segundo milênio a.C. No entanto, o caminho se desenvolve em relação a *The Coming of the Greeks* numa sequencia invertida. No livro em questão, os capítulos inicias versam diretamente sobre a questão da origem dos indo-europeus para discorrer somente no penúltimo capítulo no problema das origens gregas no continente balcânico.

Logo, percebe-se que o escopo espaço-temporal abrangido é enorme e ambicioso, e o domínio bibliográfico necessário não deve ser menor. Ao meu ver, essa

[1] Doutorando e Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). E-mail: falcheti.peixoto@usp.br

é uma habilidade já demonstrada por Drews no percurso da obra pregressa. Como indicado no subtítulo de *The Coming of the Greeks*, o Oriente Próximo constitui-se como uma preocupação fundamental, pois como o autor constatara na Introdução,

> Infelizmente há uma tendência entre os helenistas de supor que ignorância a respeito dos temas do Oriente Próximo é um pecado venial, talvez porque orientalistas não são sempre obrigados a serem bem informados a respeito do mundo grego. Entre os especialistas do Egeu pré-histórico, essa tendência é felizmente menos pronunciada, talvez por ser mais perigosa. Nenhuma explicação para "a chegada dos gregos", ou para as migrações indo-europeias como um fenômeno geral, provavelmente valerá muito se não acomodar as evidências para a chegada dos falantes do PIE na única parte do mundo da Idade do Bronze em que temos registros históricos (Drews, 1998, p. xv).

Na recente publicação, essa propensão de abrangência temática de Drews eleva-se à máxima potência. Como sugerem suas palavras nos Agradecimentos (2017, p. ix), essa compreensão é aliada à sobriedade de reconhecer-se no cruzamento de múltiplas especialidades das arqueologias históricas: "Porque eu não sou especialista em qualquer de uma dessas disciplinas eu me baseei fortemente no que os especialistas escreveram, como a bibliografia apresentará".

No capítulo 1, "As origens e expansão do proto-indo-europeu", Drews reforma sua tese de mais de trinta anos publicada em *The Coming of the Greeks* ao considerar os vales dos rios do Don e Volga (Cáucaso setentrional) como o local de desenvolvimento da língua e cultura material indo-europeia. Seguindo uma hipótese linguística – a teoria indo-hitita – que endereça a divergência linguística do ramo anatólio diante das línguas indo-européias, o autor prevê que as línguas anatólias (lúvio, palaico e hitita) pertencem a uma bifurcação que, juntamente com a indo-européia, separa em dois ramos uma proto-linguagem denominada proto-indo-hitita, nativa das áreas ocidentais e meridionais da Anatólia durante o período Neolítico. A rota migracional dos colonos proto-indo-europeus sugerida no livro cruza o Mar Negro da costa da Anatólia até sua margem norte e, do sopé dos Cárpatos, alcança as estepes (russas). Seguindo os solos férteis, as instalações multiplicam-se pelos vales dos rios Dniester, Bug e Dnieper (atual Ucrânia). Para chegar aos vales a leste do Dnieper, eles então tiveram que circunavegar a península da Crimeia pelo Mar Negro em sua costa

norte. Ao cruzar o estreito de Querche e o mar de Azov, por fim, chegam na face norte do Cáucaso.

Drews expõe que na região ao longo do rio Kurban, Don e Volga, identifica-se uma cultura arqueológica denominada Maikop (3500 a 3000 a.C.) que durante os períodos inicial e médio da Idade do Bronze possuía bronze arsênico, madeira dura e bois de tração, todos os fatores matérias necessários para o desenvolvimento de veículos com rodas. Uma vez que, desde a reconstrução léxica do proto-indo-europeu feita por linguistas no século XIX, se sabe que inúmeras palavras utilizadas para nomear as peças da carruagem de rodas (roda, eixo e jugo, por exempo) têm origem indo-europeia. Assim, costuma-se demarcar um *terminus ante quem* arqueológico da presença de uma cultura indo-europeia, estabelecido pelas primeiras evidências de peças de carruagens de rodas. Nesse caso, o mais antigo exemplo provem da cultura Maikop, por volta de 3300 a.C.

No capítulo 2, "A teoria kurgan e a domesticação de cavalos", somos apresentados à teoria de Marija Gimbutas, arqueóloga lituana que durante os anos de 1970 publicou uma série de artigos cujo núcleo principal defendia que a indo-europeização da Europa teria acontecido no período entre o quinto e o terceiro milênio a.C., em vagas de guerreiros montados em cavalos advindos das estepes do sul da atual Rússia. De maneira muito semelhante, deve-se notar, ao que acreditava Gordon Childe em *The Aryans* (Os Arianos) ([1926]) (cf. TRIGGER, 1980, p. 37; RENFREW, 1987, p. 37). Esses cavaleiros são conhecidos arqueologicamente pelos montes funerários erguidos para o enterro de seus líderes (em russo: *kurgan*). No livro *The Horse, the Wheel and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World* (O cavalo, a roda, e a linguagem: como cavaleiros da Idade do Bronze das estepes eurasiáticas moldaram o mundo), David Anthony (2007) argumentou em favor de uma posição similar na tese que foi conhecida como uma variante renovada da tese de Gimbutas, a "teoria kurgan revisada". Ali, ele defende que a expansão das línguas indo-europeias se desenvolveu a partir do quarto milênio, com a extensão territorial dos cavaleiros originários das estepes eurasiáticas (precisamente, atual região da Ucrânia).

Drews segue na contramão dessas teses consolidadas discutindo a pedra angular de ambos: o uso dos cavalos para montaria nas sociedades neolíticas das estepes eurasiáticas, (uma vez que o cavalo selvagem é nativo dessa região). Segundo ele, não se encontram indícios pictóricos, escritos ou osteológicos de montaria antes de 2000

a.C. É posteriormente a esse período que datam os mais antigos vestígios arqueológicos de bridões encontrados na floresta das estepes próxima aos Urais (um instrumento que com um bocado de material orgânico era atado às faceiras e ajudava o montador a freiar o animal). Assim, embora os cavalos possam ter sido domesticados já no quinto milênio a.C., eles ainda não vão deixar de fazer parte, por um par de milênios, da dieta proteica dessas populações, assim como os bovinos, porcos, ovelhas e cabras. Em outras palavras, para Drews o uso do cavalo para montaria é um processo posterior a sua domesticação. E isso atrela um importante elemento da construção de sua tese.

Acerca de sua solução militar para o quebra-cabeças das origens dos indo-europeus, o historiador (2017, p. 181) reconhece que "Arqueólogos com intenções de continuidade e evolução detestam aceitar tal conclusão". Isto é bem preciso, sobretudo se considerarmos o impacto da Nova Arqueologia desde os anos de 1960 e sua crítica contumaz aos modelos de migração dos arqueólogos histórico-culturais. Ademais, sendo uma *histoire événementielle* das conquistas militares indo-europeias, historia militar *strictu sensu*, o autor também tem uma considerável quota de estranhamento por parte dos historiadores influenciados pela Escola dos Annales, movimento que a partir dos anos de 1950 renovou o campo da historiografia (cf. 2017, p. 56-57). É refletindo sobre essas questões que o autor inicia o capítulo 3, "Guerra na Eurásia ocidental no terceiro e início do segundo milênio a.C.", que lida com a guerra e seus corolários na documentação textual e arqueológica provenientes da Mesopotamia e Levante, Creta e Egeu, Grécia continental, Europa temperada, vale do Indo, estepes eurasiáticas a norte do Cáucaso e Transcaucásia. O objetivo é traçar a guerra como um fenômeno circunscrito, na Mesopotâmia do segundo milênio a.C., às táticas de cerco de cidades. Segundo Drews, afora as regiões das estepes, dos montes Urais e do Cáucaso, as batalhas ainda não eram travadas em campo aberto. Antes e durante a Era de Hammurabi, não existia uma classe guerreira, e o maior elemento da composição dos exércitos era de jovens de tribos pastorais nômades conscritos pelos reinados mesopotâmicos aos trabalhos manuais que formavam as técnicas de cerco de então (construção de torres, valas defensivas, muralhas etc.).

A ampla exposição do aparato de combate serve a Drews no propósito de um mapeamento genealógico de alguns artefatos de guerra, como é o caso das longas espadas rapieiras de tipo A, encontradas no sul do Cáucaso desde o final do terceiro milênio a.C. Essas espadas são muito similares às encontradas por Schliemann nas *shaft graves* (sepulturas de poço) de Micenas do Heládico Final e em todo o Egeu no

Minoano Médio II (ca. 1850–1700 a.C.). As rapieras tipo A são consideradas pelo autor um símbolo de uma elite guerreira e suas versões sucessivas seguem uma linha evolucionária que culminará nas espadas Apa do Cárpatos (uma foto de quatro delas constitui a capa do livro). O procedimento metodológico do autor pressupõe, vale observar, uma sequência tipológica para estabelecer, em analogia biológica, a direção de técnicas mais rudimentares para mais sofisticadas - o rebite do punho, por exemplo - para arremedar no capítulo que é do sul do Cáucaso que parte a influência estilística do tipo de armas no Egeu. Ao propor isso, Drews se afasta da noção de uma continuidade evolucionária local das formas das rapieras ocorrida no Egeu, durante o final do terceiro milênio, a partir do alongamento da adagas de bronze (cf. Renfrew, [1972]2011, p. 323-325).

No capítulo 4, "Guerra de carruagens, o início do militarismo e sua conexão indo-europeia", Drews demarca a "revolução da carruagem" do Final da Idade do Bronze, responsável por deslocar as mudanças táticas militares do sítio de cidades para a batalha em campo aberto entre dos reinos no Oriente Próximo. Tendo sua origem primeiramente nas estepes, o emprego militar das carruagens puxados por cavalos se dissemina. O "texto de Anitta", por exemplo, um dos mais antigos escritos hititas, datado de 1750 a.C., menciona o uso de 40 carruagens puxadas por cavalos no assédio de uma cidade, marcando uma nova perspectiva militar para a Anatólia e, a partir de então, Mesopotamia, Levante e Egito (XV Dinastia de domínio dos hicsos no Baixo Egito, *c.* 1675 a.C.).

No capítulo 5, "Os inícios do militarismo na Europa temperada", Drews (2017, p. 133) vai "para a escuridão da pré-história" para dar sequencia ao militarismo da "revolução da carruagem" e sua introdução na Transilvânia, bacia dos Cárpatos, sul da Escandinávia e norte da Itália durante a Idade do Bronze Final. O cerne do capítulo desenvolve a ideia de que, por meio das faceiras (peças feitas de ossos ou chifres de veado cravejadas na parte interna e que direcionam o cavalo no puxão do arreio) encontradas nos Cárpatos, se pode rastrear a domesticação de cavalos na região *pari passu* às carruagens dos recém-chegados das estepes. A motivação do deslocamento é atribuída pela atração do ouro e cobre das cadeias montanhosas dos Cárpatos e Apuseni e âmbar do Báltico. E o corolário linguístico do processo de militarização dessa área é o desenvolvimento dos subgrupos céltico, itálico e germânico do indo-europeu.

Como ferramenta interpretativa, a difusão pura e simples de um aparato novo como a carruagem de combate não dá conta de explicar o impacto social da mudança das táticas de combate. E esse, para o autor, só acontece via conquista militar:

> Muitas vezes foi assumido que a carruagem de guerra foi "emprestada" por uma população para outra, de alguma forma do mesmo modo em que estilos de cerâmica ou métodos de tecelagem eram emprestados. Porém até que tenha se tornado amplamente familiar a carruagem de guerra dificilmente poderia ser emprestada sem também "emprestar" não apenas os cavalos mas também os homens de quem dependia: palafreneiros, veterinários, treinadores, condutores e arqueiros (Drews, 2017, p. 133).

O capítulo 6, "O início do militarismo na Grécia", integra parte do relato das tomadas de territórios por toda a Eurásia por guerreiros em carruagens. No segundo quarto do segundo milênio, os conquistadores descendentes dos indo-europeus são atraídos pelo cobre e prata comercializados ubiquamente com os palácios minóicos e conquistam, sem muita oposição dos locais, as áreas costeiras orientas da Ática (Tórico e Maratona), zonas portuárias do golfo da Argólida (Náuplia e Asina) e sudoeste do Peloponeso (Pilos e Peristéria). Drews remodela aqui a ideia de que foram as planícies férteis da Grécia continental, ou seja, a planície da Tessália, Argólida, vale do Eurotas, Messênia, Beócia e Ática as áreas visionadas na conquista desses recém-chegados (Drews, 1988, p. 194).

Por fim, no capítulo 7, "A questão das origens", Drews ata as pontas do desenvolvimento da sequência dos eventos militares da conquista indo-européia na discussão sobre início do militarismo na Grécia. Aqui o autor discute a origem do ramo que dá origem ao grego e relaciona-o com suas línguas-irmãs, o indo-iraniano, o armênio e o frígio, descendentes do indo-iraniano falado por pastores que entraram na região do sul do Cáucaso na metade do segundo milênio a partir do leste do rio Volga, terra natal do proto-indo-iraniano (ou proto-ariano). Assim, o processo da diferenciação linguística ocorre nos dois lados do Egeu, no continente grego e na costa ocidental da Anatólia, a partir de uma única língua.

O argumento central de *The Coming of the Greeks*, de que os conquistadores da Grécia vieram do sul do Cáucaso, permanece, embora, como se observou detalhadamente no sumário do primeiro capítulo, uma nova terra natal para os proto-indo-europeus seja aventada, bem como toda uma série de reconsiderações relativas aos eventos migracionais e diferenciações linguísticas ocorridas no Neolítico. Isso leva

à aproximação de Drews de alguns aspectos da hipótese sobre a origem e expansão dos indo-europeus de Renfrew, enunciada originalmente no colóquio *Bronze Age Migrations in the Aegean Region* (Migrações na Idade do Bronze na Região do Egeu) (1973) em sua concepção de um longo contínuo étnico-linguístico grego desde o Neolítico. Essa ideia foi desenvolvida depois extensamente por Renfrew em *Archaeology and Language* (Arqueologia e Linguagem) (1987).

Por exemplo, Drews considera no livro uma infiltração populacional neolítica no Egeu e sudeste da Europa (Creta, Tessália e Balcãs meridionais) ao modo de um *wave of advance* (avanço ondular), que é basicamente um modelo de expansão agrícola e propagação demográfica formulada originalmente para os falantes das línguas indo-europeias. Essa dispersão teria resultado no passado de deslocamentos na ordem de 20-30 quilômetros iniciado pelos primeiros agricultores advindos da Anatólia por volta de 7000 a.C. No caso apresentado por Drews, contudo, essa população seria linguisticamente reconhecida por indo-hititas, e não indo-europeus, e teria legado as linhas cognatas dos minóicos registradas nas tabuinhas em Linear A e, possivelmente, o etrusco.

Hoje a tese indo-europeia formulada por Renfrew é conhecida como a "hipótese da dispersão agricultura/linguagem" (*farming/language dispersal hypothesis*, FLDH) e vem sendo aplicada para entender outras distribuições de grandes famílias linguísticas no mundo, como as línguas austronésias do Pacífico, as nigero-congolesas e bantas da África, e as afroasiáticas. Com os recentes estudos das origens genéticas dos minóicos e micênicos (Lazaridis *et al*., 2017), ou sobre a origem próximo-oriental dos etruscos (Torroni *et al*., 2017), a hipótese de Drews tende a ser fortalecida, sobretudo porque elas dão margem na análise da composição genética dos indivíduos antigos amostrados ao acomodamento da hipótese do historiador. No caso do primeiro estudo, a pesquisa demonstrou que os indivíduos amostrados possuíam uma ancestralidade homogênea de tipo anatólia e caucasiana, o que vale dizer que minóicos e milênios possuem um substrato genético comum. No entanto, as análises identificaram exclusivamente nos indivíduos amostrados como micênicos uma taxa genética de 4 a 16% ligada à ancestrais caçadores-coletores situados nas estepes eurasiáticas da Idade do Bronze. A explicação para essa diferença de composição genética promove o elenco de duas hipóteses dos autores sobre a rota de infiltração das populações que deixaram sua marca genética nos gregos micênicos: 1) ou via populações das estepes eurasiáticas da Idade do Bronze que adentraram o continente

grego pelo norte e que se misturaram com os minóicos presentes desde o Neolítico na região, ou, alternativa mais favorável a Drews, 2) via populações da Armênia que entre o Calcolítico e a Idade do Bronze se misturaram com populações neolíticas da Anatólia que, posteriormente adentraram o Egeu (Lazaridis *et al*., 2017).

No geral, creio que o livro irá compor o *hall* das grandes hipóteses predominantes sobre as origens dos indo-europeus, ao lado de Renfrew e Anthony. O ritmo de uma justa apresentação empírica coalha o livro de referências e notas de rodapé. Devido a isso, o desenrolar do texto incorre, em muitos momentos, num passo minucioso e detalhado, por vezes mesmo reminescente das apresentações descritivas fastidiosas de alguns arqueólogos. Observa-se isso principalmente quando Drews faz o inventário das evidências *in corpore* que corroboram suas afirmações, para usar uma expressão latina muito utilizada pelo autor ao longo do teto. Esse é o caso, por exemplo, do corredor das seções dedicadas às espadas, machados, pontas de lança e carruagens nos Cárpatos, Escandinávia e norte da Itália; ou aos artefatos e transportes militares usados nas táticas de combate sobre rodas do recém-chegados à Grécia durante a Idade do Bronze Final - arco composto, flechas, espadas, lanças e armadura (elmos, escudos e corseletes) e navios.

O efeito colateral da amplitude temática do livro é justamente transformar, em alguns momentos, a experiência da leitura num penoso exercício de assimilação de um amontoado enorme de informações, intensificada pela perturbadora escassez de mapas para acompanhar o percurso, como também é o caso de obras anteriores.[2] Talvez falte a distribuição de uma composição "vivaz" e "imaginativa" como o próprio autor escreve acerca do livro de Anthony (Drews, 2017, p. 31). No geral, no entanto, a obra demonstra ser o resultado de um industrioso trabalho de pesquisa, com acesso a um repertório bibliográfico detalhado e atualizado. Além disso, os estudos genéticos de DNA antigos encontram lugar na discussão e abrem uma vereda de diálogo bem

[2] Em *The Coming of the Greeks*, Drews (1988, p. 32, fig. 1) apresenta apenas um mapa do Oriente Próximo para indicar a região em que os linguistas soviéticos T. V. Gamkrelidze e V. V. Ivanov indentificam a região de origem dos falantes de PIE no sul do Cáucaso. No presente livro, dois mapas indicam os sítios da cultura pré- e Maikop (p. 15, fig. 1.1) entre o Mar Negro e o Mar Cáspio (Drews, 2017, p. 15, fig. 1.1). Outros dois mapas são oferecidos no quinto capítulo: o primeiro das faceiras encontradas e outro das espadas tipo Apa-Hajdúsámsom, que criam conexões, para o autor, entre a Idade do Bronze Nórdica e a bacia dos Cárpatos (Drews, 2017, p. 143, fig. 5.1; p. 158, fig. 5.7). Além desses, também um último mapa de elevação do sul do Cáucaso (Drews, 2017, p. 219, fig. 7.1). Todos eles padecem de um referenciamento preciso aos locais citados nos textos, sendo que apenas no último deles aparecem escritos os territórios dos estados nacionais entre o Mar Negro e Cáspio. No primeiro capítulo, Drews (2017, p. 25, nota 54) chega a se referir a um mapa do livro de Anthony (2007, p. 84, fig. 5.1), o que dificulta o ritmo da leitura.

atual entre arqueologia, linguagem e genética (cf. Allentoft *et al.*, 2015; Haak *et al.*, 2015). Embora ainda falte no caso uma discussão crítica consistente sobre o método genético. O historiador ainda deve cruzar o limiar interdisciplinar para não soar que ele acomoda as evidências que acomodem seu argumento. Para finalizar, considero que o octagenário Professor de História Antiga da Universidade de Vanderbilt, consegue desenvolver um conjunto de ideias engenhosas e avaliações gerais acerca da produção na área de maneira bem elucidativa, a qual se deve recomendar a leitura para especialistas e não-especialistas.

Resenha recebida em 09.07.2018, aprovada em 16.08.2018.

Referências Bibliográficas

Allentoft, Morten *et al*. Population genomics of Bronze Age Eurasia. *Nature*, 522, 2015, p. 167-172.

Anthony, David W. *The Horse, the Wheel and Language*: *How Bronze-Age Riders From the Eurasian Steppes Shaped the Modern World*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2007.

Childe, Gordon V. *The Aryans: A Study of Indo-European Origins*. London: Kegan Paul, 1926.

Drews, Robert. *The Coming of the Greeks: Indo-European in the Aegean and the Near East*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Haak, Wolfgang *et al*. Massive migration from the Steppe was a source for Indo-European Languages in Europe. *Nature*, 522, 2015, p. 207–211.

Lazaridis, Iosif *et al*. Genetics origins of the Minoans and Mycenaeans. *Nature*, 548, 2017, p. 214-218.

Renfrew, Colin. Problems in the general correlation of archaeological and linguistic strata in Prehistoric Greece: The model of autochthonous origin. In: Crossland, R.A.; BIRCHALL, Ann. (eds) *Bronze Age Migrations in the Aegean: Archaeological and Linguistic Problems in Greek Prehistory*. London: Duckworth, 1973, p. 263-276.

_____. *Archaeology and Language: The Puzzle of Indo-European Origins*. London: Jonathan Cape, 1987.

_____. The 'emerging synthesis': The archaeogenetics of farming/language dispersals and other spread zones. In: Bellwood, Peter; Renfrew, Colin (eds) *Examining the Farming/Language Dispersal Hypothesis*. Cambridge, UK: McDonald Institute for Archaeological Research, 2002.

_____. Archaeogenetics: Towards a population Prehistory of Europe. In: Renfrew, Colin; Boyle, Katie (eds) *Archaeogenetics: DNA and the Population Prehistory of Europe*. Cambridge, UK: McDonald Institute for Archaeological Research, 2000.

_____. *The Emergence of Civilisation: The Cyclades and the Aegean in the Third Millennium BC*. Oxford, UK: Oxbow Books, 2011.

Torroni, Antonio *et al*. Mitochondrial DNA variation of modern Tuscans supports the Near Eastern origins of Etruscans. *American Journal of Human Genetics*, 80, 2017, p. 759-768.

Trigger, Bruce. *Gordon Childe: Revolutions in Archaeology*. London: Thames & Hudson, 1980.